



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB

A INCLUSÃO ESCOLAR DE ADOLESCENTES EGRESSOS DA

MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO

ISABEL CRISTINA SANTOS MARTINS LUCIANO

ORIENTADORA:

VIVIANE LEGNANI

BRASÍLIA/2015



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

ISABEL CRISTINA SANTOS MARTINS LUCIANO

A INCLUSÃO ESCOLAR DE ADOLESCENTES EGRESSOS DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em
 Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar,
 do Departamento de Psicologia Escolar e do
 Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientador (a): **VIVIANE LEGNANI**

BRASÍLIA/2015

TERMO DE APROVAÇÃO

ISABEL CRISTINA SANTOS MARTINS LUCIANO

A INCLUSÃO ESCOLAR DE ADOLESCENTES EGRESSOS DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em ____/____/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

VIVIANE LEGNANI

NOME DO EXAMINADOR (Examinador)

ISABEL CRISTINA SANTOS MARTINS LUCIANO

BRASÍLIA/2015

DEDICATÓRIA

Aos adolescentes que cumprem ou cumpriram medida socioeducativa, que sempre me mostraram a importância de acreditar no ser humano e na sua capacidade de transformação, mesmo nas situações mais adversas. Obrigada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me possibilitou a realizar mais esse projeto e sempre tem cuidado de mim.

A minha família, pela compreensão nos momentos de ausência do lar e suporte oferecido irrestritamente a mim.

A Prof^a. Tutora Fabiana da Silva que com muita dedicação auxiliou-me, acreditando e motivando-me para a conclusão desse trabalho.

A Prof.^a Orientadora Viviane Legnani, sempre disponível para compartilhar seus conhecimentos e para enriquecer meu projeto.

Sentir primeiro, pensar depois
Perdoar primeiro, julgar depois
Amar primeiro, educar depois
Esquecer primeiro, aprender depois
Libertar primeiro, ensinar depois
Alimentar primeiro, cantar depois
Possuir primeiro, contemplar depois
Agir primeiro, julgar depois
Navegar primeiro, aportar depois
Viver primeiro, morrer depois

Mário Quintana

RESUMO

Segundo dados do site da Fundação CASA atualmente cerca de 10 mil adolescentes cumprem medida socioeducativa de internação. Em minha vivência, enquanto psicóloga em um centro de atendimento socioeducativo de internação, percebi que a prática de atos infracionais estava ligada ao fracasso e evasão escolar, estando entre os principais fatores de risco para o desenvolvimento da conduta infracional. Essa experiência é corroborada por várias pesquisas. Conforme Teixeira (2011), a evasão escolar aumenta a criminalidade no Brasil em 51%. Reinserir o adolescente na escola após sua desinternação é condição vital para contribuir para sua ressocialização, garantir seus direitos, criar oportunidades e prevenir a reincidência infracional, porém essa inclusão escolar apresenta muitas dificuldades de ser de fato efetivada. O objetivo deste trabalho é realizar um levantamento sobre como esse processo ocorre, pesquisar quais são os fatores dificultadores sob a ótica de adolescentes egressos de medidas socioeducativas, e a partir dos dados colhidos estabelecer uma reflexão sobre fatores que podem facilitar essa inclusão escolar.

Palavras-Chave: Adolescência, Inclusão Escolar, Medida Socioeducativa.

ABSTRACT

According to the CASA Foundation site data currently about 10,000 teenagers meet socio-educational measure of internment. In my experience as a psychologist in a childcare service detention center notices that the practice of illegal acts is linked to failure and truancy, being among the main risk factors for the development of the infraction conduct, as noted economist Evandro Camargo Teixeira in his doctoral thesis presented at the Department of Economics, Management and Sociology of the Luiz de Queiroz College of Agriculture (ESALQ), USP, that truancy increases crime in Brazil by 51%. Reinserting the adolescent in school after his suspension of internment is a vital condition to contribute to their rehabilitation, guarantee their rights, create opportunities and prevent recurrence infraction, but this school inclusion presents many difficulties to be effective in fact. The objective of this study is to survey how this process occurs, search what are the limiting factors from the perspective of adolescents coming of social and educational measures, and from the data collected to establish a reflection on factors that can facilitate this school inclusion.

Keywords: Adolescence, School Inclusion, Socio-educational measure.

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	11
2 ADOLESCENCIA: HISTÓRICO E LEGISLAÇÃO NO BRASIL	13
2.1 . Adolescente em conflito com a Lei	15
2.2. As medidas socioeducativas	18
2.3. . Inclusão Escolar: Garantindo Direitos	19
3 METODOLOGIA	22
3.1 Fundamentação Teórica da Metodologia	22
3.2 Participantes	22
3.3 Procedimentos	22
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	24
4.1 Sujeitos	24
4.1.1 Entrevistado 1	24
4.1.2 Entrevistado 2	24
4.1.3 Entrevistado 3	24
4.1.4 Entrevistado 4	25
4.2 A Inclusão Escolar sob a ótica do adolescente egresso da MSI	25
4.2.1 Orientações prévias sobre a Inclusão Escolar	25
4.2.2 Primeiro contato escolar após desinternação	26
4.2.3 Acolhimento e Adaptação Escolar	26
4.2.4 Conhecimento da Rede de Atendimento	27
4.2.5 Evasão Escolar	27

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERENCIAS	31
APENDICES	33
A – Questionário	33
ANEXOS	34
A- Termos de Consentimento Livre e Esclarecido – Adolescentes e Pais	34

1 APRESENTAÇÃO

Após chegar em casa depois de um longo dia de trabalho e ligar a televisão para assistir um noticiário não são raras as vezes que nos deparamos com manchetes sensacionalistas que retratam “o caos de adolescentes envolvidos com a criminalidade”. Tais reportagem alegam que o adolescente não é responsabilizado por suas condutas.

Tendo uma visão crítica a essa cobertura midiática e por trabalhar diretamente com adolescentes em conflito com a lei, lidando com essa realidade de perto, surgiu a necessidade de ampliar os estudos sobre os temas envolvidos nessa difícil realidade. Só no estado de São Paulo temos mais de 10 mil adolescentes cumprindo medidas socioeducativas conforme aponta o site da Fundação CASA, instituição responsável por medidas socioeducativas de internação e semiliberdade.

Na verdade os adolescentes são sim protegidos e responsabilizados por lei específica, que deve ser aplicada adequadamente, o que não ocorre em todos os estados do Brasil. Como psicóloga na Fundação CASA em um centro de atendimento de internação, no interior do estado de São Paulo percebo que a parcela de adolescentes, cumprindo medida socioeducativa de internação, foi excluída anteriormente de todo os aparatos sociais que garantiriam sua cidadania. Aparentemente, a exclusão inicia-se na própria comunidade onde vivem, sendo que, talvez, a internação seja apenas uma consequência das violências infringidas ao indivíduo desde sua infância.

Após o adolescente cometer o ato infracional e receber a determinação judicial de internação, várias ações são realizadas para auxiliá-lo a construir um novo projeto de vida, porém após sua desinternação frequentemente recebermos ligações dos adolescentes e seus familiares relatando suas dificuldades de reinserção social.

Pensando na importância de continuidade dos estudos que o adolescente retomou dentro das unidades da Fundação CASA, aponto a frustração que o adolescente e sua família sofrem na dificuldade de efetivar a inclusão escolar do adolescente. Muitas vezes ouve-se que a escola não tem preparo para receber uma adolescente em conflito com a lei, alegando que não quer adolescente da Fundação CASA, porém antes de ser ou não um adolescente em conflito com a lei, aquele indivíduo foi aluno de uma escola e integrante de uma comunidade. Ou seja, o adolescente é da sociedade, não apenas da Fundação CASA, assim tem direito de retomar sua trajetória escolar.

As leis que asseguram o direito à educação a todos os indivíduos, como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei das Diretrizes e Bases da

Educação (LDB), ainda não são suficientes para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão dos estudos a todos os adolescentes. Mesmo havendo as leis que garantam o direito, as escolas podem apresentar certas resistências, sustentando-as em argumentos sobre a falta de vagas ou a indisciplina dos adolescentes.

Diante dessa problemática surge a necessidade de conhecer e estudar esse processo de retorno a escola após a desinternação do adolescente egresso de medida socioeducativa, que poderá auxiliar na busca por estratégias que para garantir ao adolescente sua permanência escolar, efetivando sua inclusão social. Situação benéfica ao adolescente que está em pleno desenvolvimento, físico, emocional e moral.

O trabalho iniciou por meio de reflexões sobre as concepções de adolescência, pensada como uma fase construída dentro do contexto sócio e histórico. Fez-se importante também levantar informações sobre o ECA e medidas socioeducativas.

Em um segundo momento, abordo dados que podem informar quem é o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa; seu perfil dentro do contexto social, finalizando esse bloco com reflexões sobre a garantia de direito a educação.

Na pesquisa de foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com adolescentes egressos de medidas socioeducativas de internação que estavam vivenciando o processo de inclusão escolar. Assim sendo, a metodologia consiste em uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório com orientação analítico-descritiva. Essa etapa foi iniciada após prévia leitura e assinatura do consentimento livre e esclarecido dos entrevistados.

Por fim, relato a conclusão do trabalho, considerando todas as bases teóricas nele utilizadas e os dados obtidos nas entrevistas com os adolescentes, buscando refletir sobre os fatores que facilitem essa inclusão escolar.

2 ADOLESCENCIA: HISTÓRICO E LEGISLAÇÃO NO BRASIL

Ao longo da história as concepções e legislação sobre a fase da adolescência sofreram grandes transformações, nem sempre a concepção de adolescente existiu ao longo da história e, pode-se dizer que a significação da adolescência passou por grandes metamorfoses de ordem: psicológica, social, antropológica e até mesmo biológica.

De acordo com Scivoletto (2004), são partes integrantes do desenvolvimento do adolescente “normal”: a busca de sua identidade, valores e crenças; o desenvolvimento da habilidade de lidar com emoções intensas; o desenvolvimento da personalidade e uma forma individual de se relacionar com os outros; a busca de um funcionamento bem-sucedido na escola, trabalho ou em casa; a procura de uma ‘razão para viver’; o respeito a si mesmo e aos outros; a expressão adequada de seus sentimentos e pensamentos; a aceitação da responsabilidade por seus atos e papéis sociais.

Esta visão naturalizada e normatizada não leva em consideração que o adolescente está inserido numa cultura dominada pela mídia, pela existência de uma indústria da informação, de bens culturais, de lazer e de consumo, em que a ênfase está no presente, na velocidade, no cotidiano, no aqui e no agora, e na busca do prazer imediato (SALLES, 2005). Ou seja, há uma massificação do consumismo como formas de identificação, de ilusões imaginárias que a sociedade coloca para o adolescente, impondo-lhe um padrão, sob a forma de promessas de prazer e realização (MARIN, 2002). Nesse sentido, podemos perguntar o quanto essa lógica induz os adolescentes aos delitos, pois, vivemos em uma sociedade que valoriza o ter e não o ser de cada um.

Como aponta Coutinho (2009) o interesse pela adolescência foi evoluindo, mas não sem receio, o que levou à adoção de posturas contraditórias em relação a essa fase – se por um lado, um certo fascínio e supervalorização; por outro, a necessidade de controle. Assim vemos uma gama de serviços e produtos para adolescentes, mas por outro lado um certo descontrole ao saber como tratar adequadamente essa fase, como educa-los?

Em termos de Lei, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, leva-se em conta que esse período se inicia depois da infância, por volta dos 12 anos, e termina aos 18 anos.

Paiva para explicar a evolução da lei aponta:

“ Uma importante fase na história dos direitos dos adolescentes foi escrita em 12 de outubro de 1927, com a publicação do Decreto 17.943-A, conhecido vulgarmente como Código Mello Mattos. O Código fixou a inimputabilidade penal em 18 anos,

além de ter dividido os menores em duas categorias: a dos delinquentes e a dos abandonados. A distinção conceitual entre abandonado e delinquente, feita pelo Código Mello Mattos, não era das mais úteis, mormente porque no que se referia ao tratamento despendido a um e outro havia muito pouca diferença: Duas eram as categorias de menores: os abandonados (incluindo os vadios, mendigos e libertinos, conforme art.s 28, 29 e 30 do Código Mello Mattos) e os delinquentes, independentemente da idade que tinham, desde que fosse inferior a 18 anos”. (PAIVA, 2012, P 27)

Dessa forma não ocorreria a distinção entre menores abandonados e delinquentes para sofrer a aplicação de medidas “Se a criança ou adolescente praticasse um ato que fosse considerado infração penal, receberia as medida socioeducativa, como internação; ou se fosse abandonado ou carente, também poderia ser internado em orfanato, conforme a decisão do juiz”. (LIBERATI, 2006, p. 40)

Liberati (2006) ensina que a Doutrina da Situação Irregular não surgiu aleatoriamente. Pelo contrário, é fruto das ideologias influenciadas pelos marcos legais da adolescência até então vigentes, notadamente pelo Código Mello Mattos. Tratava-se de uma lei que, ao invés de arrolar os direitos dos adolescentes, optou por regulamentar de forma rigorosa a tutela jurisdicional a ser aplicada aos mesmos. Pelo Código de Menores os adolescentes não eram protagonistas de seus direitos. Muito pelo contrário, eram tidos como meros objetos de direitos, incapazes de gerir sozinhos e, portanto, obrigados a se submeter as medidas que o Estado entendia como válidas e boas para sua formação.

Segundo Paiva (2012) no Brasil, a Doutrina da Situação Irregular tinha como principais características os seguintes pontos: a proteção era destinada somente aos menores que se encontravam em situação de risco; a gestão dos menores era centralizada ao Estado, competindo ao Juiz definir a situação da criança ao seu puro arbítrio, sem um processo sério e justo; havia tendência à internação dos menores tidos como infratores; o adolescente não é visto como um sujeito de direitos, mas sim como um objeto de direitos, devendo ser gerido pelo Estado por ser incapaz de exercer seus direitos por si só.

“No Brasil, sempre sob a égide de tais filosofias, a questão da criança e do adolescente, na reforma de 1979, foi tratada sob a ótica da segurança nacional e daí nasceram as FEBENS e a FUNABEM, que tinham como eixo a política de centralização das decisões e das execuções, da segregação dos menores em situação irregular, do monopólio estatal no trato da questão, e principalmente, dos muros contedores”. (ARANTES, 2008, p. 25)

A política de internação dos menores infratores foi tida como um eixo central da doutrina da situação irregular. Assim a tendência em colocar os adolescentes em privação de liberdade em instituições rigorosas, revela a adoção de um modelo político de atendimento pautado na disciplina e na construção de corpos submissos.

Michel Foucault (1996) ensina que a domesticação dos corpos consiste numa nova forma de poder que, ao invés de matar ou destruir o opoente, volve-se contra o seu corpo, com o objetivo precípuo de obter docilidade e utilidade: O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe [...] “A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo e diminui estas mesmas forças (em termos políticos de obediência)” (FOCAULT, 1996, 127)

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 muitas mudanças começaram ocorrer no Brasil. O autor Wilson Donizetti Liberati retrata uma mudança de paradigmas:

“Essa mudança é significativa, pois considera, a partir de agora, que crianças e adolescentes são pessoas em desenvolvimento e sujeitos de direitos, independente de sua condição social e a lei deverá respeitar essa condição peculiar, característica singular desses sujeitos, que, até então, tinham direitos, mas que não podiam exercê-los, em face de sua pouca inserção social e pela submissão incondicional ao poder familiar. Nesta perspectiva, crianças e adolescentes são os protagonistas de seus próprios direitos.” (LIBERATI, 2006, p. 27)

Paiva (2012) traz que a Doutrina da Proteção Integral abriu possibilidades no trato da problemática que envolve a adolescência. Porém que esta nova abordagem ainda não foi absorvida pela nossa sociedade que, acostumada ao antigo Código de Menores, reluta com a efetivação plena do ECA. Desse modo, temos um sistema social que “vende”, por meio da mídia, para os adolescentes de todas as classes sociais um padrão único do que seria um indivíduo bem sucedido, ou seja, que ignora as condições de desigualdade para propor este padrão e, ao mesmo tempo, ainda uma sociedade que pensa ser melhor trancafiar os adolescentes que se mostram desviantes desse padrão

2.1 O adolescente em conflito com a Lei

As circunstâncias que levam a um adolescente entrar em conflito com a lei são as mais variadas, Donald Woods Winnicott pediatra e psicanalista inglês, que estudou a delinquência

juvenil, relaciona a negligência e a privação familiar com fatores responsáveis pelo envolvimento infracional. Quando a família é ausente, não cria um vínculo para assumir seu papel e função, quando não há uma figura de autoridade, seja por situações de maus-tratos, abandono, privações materiais, drogadição, ou outro fator, aquele adolescente encontra-se vulnerável à vida infracional. Além da família, percebe-se, em nossa sociedade que outras instituições também falham neste acolhimento. Por exemplo, a educação infantil, creches e escolas dos anos iniciais também deixam muito a desejar nessa função. De igual forma, essas famílias e seus filhos padecem de um transporte público de qualidade e de uma atenção especializada no âmbito da saúde. Pouquíssimos estados brasileiros, por exemplo, oferecem serviços de psicologia e para as camadas mais empobrecidas da população.

Winnicott (2005b) relaciona as seguintes fases do desenvolvimento: a da dependência absoluta, a da dependência relativa, a fase rumo à independência, com a entrada, ao final dessas fases, na fase edípica e no período da latência, seguindo-se, então, a adolescência, a fase de maturidade e a velhice.

Segundo Winnicott (2005a) considera a adolescência o momento em que esses estágios são revividos, acrescidos de outras dinâmicas, visando a alcançar a maturidade, isto é, um novo começo quanto à adaptação do ambiente e aos cuidados da provisão ambiental.

Machado e Fulgêncio (2010) apontam ainda que, não há como evitar, retardar, impedir esse processo. No entanto, pode ser interrompido por invasões e intrusões devido à falta de provisão ambiental, ou seja, as pessoas que compõem o ambiente (pais ou substitutos) devem estar sempre presentes, transmitindo preocupação e demonstrando que estarão por ali caso o adolescente precise de ajuda, amparo, bem como para perceber as suas necessidades.

As principais necessidades dos adolescentes citadas por Winnicott são: “a de evitar a falsa solução; a de sentir-se real; a de ser rebelde em um contexto que, confiadamente, acolha também a dependência; a de aguilhoar repetidamente a sociedade”. (WINNICOTT, 2005a, p. 123).

Para que esses estágios corram satisfatoriamente, necessita de ambiente confiável, estável, seguro, que saiba reconhecer as suas necessidades. Em *Privação e delinquência*, Winnicott afirma:

“O ambiente desempenha, neste estágio, papel de imensa importância, a ponto de ser mais adequado, num relato descritivo, supor a continuidade da existência e do interesse do pai, da mãe, da família pelo adolescente. Muitas das dificuldades por que passam os adolescentes, e que muitas vezes requerem a intervenção de um profissional, derivam de más condições ambientais” (WINNICOTT, 2005a, p. 117).

Como já se afirmou é certo que não é só a estrutura familiar que pode ser apontada como fator determinante no ingresso de um adolescente na vida infracional, toda a estrutura social como as políticas sociais básicas, a saúde, a escola, o lazer, o estado e a sociedade são fatores que também interferem no contexto e vulnerabilizam o adolescente.

Quando pensamos no contexto geral dos adolescentes e olhamos para suas questões relativas à escolarização, nos deparamos com uma situação mais alarmante, um estudo realizado pelo Conselho Nacional de Justiça, objetivando traçar o perfil social do adolescente em conflito com a lei que se encontrava em privação de liberdade, apontou que cerca de 60% dos jovens entrevistados possuíam entre 15 e 17 anos, e que mais da metade deles estavam evadidos da escola antes de receber a medida socioeducativa de internação. (INEP, 2011).

Uma grande parcela dos adolescentes em conflito com a Lei já não estudava aos 14 anos, isto é, evadiram-se da escola entre a quinta e a sexta série. Esse fato revela a necessidade de se adotar de forma urgente no país políticas específicas voltadas ao combate da evasão escolar no ensino fundamental. (INEP, 2011)

A evasão escolar acaba sendo um fator relevante para refletirmos: pode-se dizer que, entre vários fatores, a falta de vínculo escolar e seu distanciamento podem ser considerados fatores que tornam os adolescentes vulneráveis quanto ao envolvimento com atos infracionais, entre outros riscos, como a drogadição.

Outra questão importante refere-se a formação de grupos na adolescência, muitas vezes percebe-se que a prática infracional está relacionado ao sentimento de pertencimento de um grupo, não é raro vermos adolescentes envolvidos em grupos que estimulam e idealizam as práticas delituosas, segundo Legnani et al (2012) antigamente os adolescentes se uniam, mas esses agrupamentos extrafamiliares estavam baseados em uma ordem simbólica maior, aparados pelas figuras de autoridade existentes, porém atualmente os adolescentes se unem em função da situação de desamparo em que vivem.

Assim os adolescentes que se envolvem na vida infracional são em sua maioria o adolescente que possui vínculos familiares fragilizados, não possuem modelos consistentes, estão às margens de políticas públicas que o atendam plenamente em sua cidadania. Muitas vezes vítimas da violência, expostos a uma cultura consumista, que relaciona o ser ao ter, apontando diariamente um mundo ao qual não terão acesso.

2.2 As Medidas Socioeducativas

Segundo Padovani e Ristum (2013) o atendimento aos adolescentes que cometem atos infracionais deve considerar não apenas as sanções punitivas, de natureza coercitiva, mas, antes de tudo, os aspectos educativos. Pretende-se, com isso, garantir a proteção integral dos adolescentes e o atendimento aos seus direitos, por meio de um conjunto de ações que possa inseri-los na vida social, proporcionando uma “educação formal, profissionalização, saúde, lazer e demais direitos assegurados legalmente”.

Conforme artigo 112º do ECA (BRASIL, 1990), o adolescente em conflito com a Lei será submetido a medidas socioeducativas, aplicadas e operacionalizadas de acordo com a gravidade da infração. As medidas previstas em Lei são.

Advertência: trata-se de uma repreensão branda; uma admoestação ao adolescente sobre o ato infracional praticado e do aconselhamento para que não volte a fazê-lo. Se aplica esta medida ao adolescente autor de ato infracional leve, adolescente primário, de modo a presumir-se que seja a advertência suficiente.

Obrigação de Reparar o Dano: consiste na restituição da coisa, ou no ressarcimento do dano causado ou na compensação do prejuízo da vítima, seja através de pagamento pecuniário ou outra forma prevista em lei.

Prestação de Serviços à Comunidade: Consiste na prestação de serviços gratuitos e de interesse geral da comunidade, realizados dentro do prazo determinado pelo juiz, por oito horas semanais. É uma maneira do adolescente ser útil à sociedade, servindo-a, melhorar a sua socialização e poder refletir sobre o ato infracional praticado. Este trabalho deverá levar em consideração as aptidões do adolescente e ser realizado de modo a não prejudicar sua frequência à escola ou atividade laborativa.

Liberdade Assistida: Esta medida visa acompanhar o adolescente na sua vida social (escola, trabalho e família), através de um acompanhamento personalizado ajudando-o a redimensionar a sua convivência familiar e comunitária. Esta medida pressupõe a indicação de pessoa para assessoramento da sua execução – é a figura do orientador, que tem a responsabilidade também de auxiliar e orientar o adolescente (ECA, - Art 118). A proteção integral deve ser alcançada através de atividades que visem a inserção comunitária, manutenção dos vínculos familiares, frequência à escola e inserção no mercado de trabalho através da oferta de cursos de orientação profissional ou profissionalizantes e formativos.

Inserção em Regime de Semiliberdade: A medida é cumprida em uma unidade, em regime semiaberto, com direito a frequentar a escola, cursos profissionalizantes e outras atividades

formativas durante o dia, dentro ou fora da unidade, porém, obedecendo às normas da unidade, quanto ao horário de saída e retorno destas atividades. Pressupõe muita responsabilidade e comprometimento no cumprir a medida sob pena de regressão para a medida de internação.

Internação: Esta medida é aplicada ao autor de ato infracional grave ou que tenha conduta de prática reiterativa de atos infracionais graves. Somente é aplicada se não houver outra medida mais adequada ao caso. Embora sujeita aos princípios da brevidade, da excepcionalidade e do respeito à condição peculiar do adolescente como de pessoa em desenvolvimento não pode ultrapassar o prazo de 03 anos. Esta medida deve ser avaliada no máximo a cada seis meses pelo juiz, após apresentação do relatório da equipe técnica da unidade de internação.

Neste trabalho, os adolescentes entrevistados, serão egressos da medida socioeducativa de internação, isto é, a privação de liberdade em instituição especializada, conforme artigos 121, 123 e 124 do ECA (BRASIL, 1990). De acordo com Volpi (2002), a medida de internação guarda conotações coercitivas e educativas. Assim, falar de internação significa referir-se a um programa de privação que, por definição, implica contenção do adolescente em um sistema de segurança eficaz. Contudo, afirma o autor, a contenção não é a medida socioeducativa em si, mas tão somente a condição para sua aplicação, significando limitação no exercício do direito de ir e vir, porém com a garantia de que os demais direitos sejam atendidos, incluindo-se o acesso à educação.

2.3 Inclusão Escolar: Garantindo Direitos

Segundo Zanin (2014) podemos dizer que a educação como um direito fundamental estrutura-se como um dever compartilhado entre Estado, família e sociedade. O Poder Público, como um dos responsáveis pelo fomento à educação, deve promover ações não só no âmbito de elaboração de políticas públicas (executivo), no âmbito de elaboração de leis (legislativo), mas também exercendo o papel de protetor e fiscalizador desse direito (judiciário).

Segundo o ECA (artigo 53), “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”. Nesse sentido, a lei assegura:

Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Direito de ser respeitado por seus educadores;

Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

Direito de organização e participação em entidades estudantis, e

Acesso a escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Para que estes direitos sejam observados, o ECA também estipula os deveres do Estado (artigo 54). São eles:

Garantir ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

Assegurar progressivamente a extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

Oferecer atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

Oferecer atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

Garantir acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

Ofertar ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;

Promover atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Assim o acesso a escola após a desinternação do adolescente constitui um direito a ser garantido, segundo Facci (2010, p. 308), Vigotski, ao elaborar sua teoria, [...] tinha clareza da importância da escola para o desenvolvimento individual daquela nova sociedade, na transformação socialista do homem. Ele via na coletividade a formação motora para a emancipação dos homens. A escola tem, de acordo com Saviani (2008), a função de socializar os conhecimentos produzidos pelos homens.

Para isso, o trabalho pedagógico deve criar condições para que o aluno se aproprie dos conhecimentos, o que faz com que a escola seja responsável pelo processo de humanização dos indivíduos. Tal afirmação, segundo o autor, corrobora a ideia de Vigotski de que o homem se torna humano ao se apropriar da cultura, sendo que o “aprendizado é fundamental para que as funções psicológicas superiores aconteçam” (FACCI, 2010, p. 302). O professor tem, assim, papel fundamental nesse processo. A escola surge como um [...] “espaço estratégico para o desenvolvimento de uma política cultural voltada ao exercício da cidadania, do resgate e afirmação dos valores morais e éticos e, essencialmente, da prática da inclusão”. (SARAIVA, 2006, p. 55)

Nesse contexto percebe-se que a inclusão escolar adequada favorece ao adolescente a volta ao convívio familiar com maiores chances de se desenvolver com as atividades lícitas e produtivas. Escola pode sim ser um fator protetivo para o adolescente. Assim uma importante

ação educativa relativa aos adolescentes em conflito com a lei ou não, refere-se ao resgate do adolescente enquanto protagonista e agente de transformação pessoal e social.

Os adolescentes precisam ter lugar de atuação na escola para assumirem o protagonismo de sua história e de seu futuro em nossa sociedade. É no ambiente escolar, que o adolescente tem oportunidade de vivenciar a relação com novas figuras de autoridade, bem como com o grupo de pares.

A escola deve assumir a dianteira deste processo, afinal junto com a família tem o papel decisivo no processo de formação destes adolescentes, resgatando-os como sujeitos plenos, capazes de ter seus direitos garantidos e exercer com seus deveres na sociedade que os integra como cidadãos. Finalmente priorizar a inclusão escolar do adolescentes egressos das medidas socioeducativas é dar possibilidades reais que esses indivíduos construam uma nova história.

3 METODOLOGIA

3.1 – Pressupostos Metodológicos

O presente estudo foi realizado inicialmente com uma pesquisa bibliográfica das temáticas abordadas. Na pesquisa de campo optou-se por uma abordagem qualitativa com a inserção do pesquisador no campo de investigação.

Assim, pode-se dizer que na investigação qualitativa interessa-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos que uma pesquisa gera. O significado é de importância vital nessa abordagem, pois o interesse encontra-se no modo como diferentes pessoas constroem sentidos em suas vidas (BOGDAN e BIKLEN, 1997)

O estudo finalizou-se com a análise dos dados e algumas possíveis conclusões. Trivinos (1998) argumenta que deve ocorrer interação dos materiais, não devendo o pesquisador restringir sua análise ao conteúdo manifesto dos documentos. Assim, trata-se do momento em que a reflexão, a intuição e o embasamento em materiais empíricos, estabelecem relações com a realidade, aprofundando as conexões de ideias.

3.2- Participantes

As entrevistas foram realizadas com quatro adolescentes do interior do estado de São Paulo que passaram por medida socioeducativa de internação no último ano, por determinação judicial em decorrência de envolvimento infracional. Esses adolescentes têm entre 15 – 17 anos. No momento da entrevista estão em liberdade.

3.3- Procedimentos

Após pesquisa bibliográfica foi elaborado um questionário, com perguntas pertinentes ao processo de inclusão escolar desses adolescentes após sua desinternação. Foram realizados contatos telefônicos com os responsáveis pelos adolescentes para verificar a disponibilidade para participação da pesquisa. Para aqueles que aceitaram participar da pesquisa foram esclarecidas as condições e os objetivos do estudo, sendo agendadas as entrevistas com os adolescentes em oportunidade adequada para os mesmos, na presença de seus genitores.

Nas datas combinadas foi realizada a entrevista por meio das questões elaboradas, onde as respostas foram registradas com apoio de um notebook, caderno e caneta, também foram colhidas as assinaturas dos termos de autorização.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Sujeitos

Os nomes dos adolescentes foram alterados para garantir o direito de anonimato.

4.1.1 Entrevistado 1

Pedro é proveniente de uma pequena cidade do interior Paulista, possui 17 anos, mora com os pais, estava internado por ato infracional equiparado a tráfico de drogas, antes da Internação estava evadido da escola cerca de 6 meses, permaneceu internado 2 meses na Fundação CASA, sendo desinternado por não ter cometido ato infracional de grave ameaça e não haver Unidade de Internação em sua cidade, como a medida socioeducativa de Liberdade Assistida. Atualmente está evadido da escola e trabalhando com carteira registrada.

4.1.2 Entrevistado 2

Tiago é proveniente de Ribeirão Preto, possui 17 anos, mora com os pais, estava internado por ato infracional equiparado a roubo, antes da Internação estava evadido da escola por um ano, permaneceu internado 1 ano e 2 meses na Fundação CASA, sendo desinternado sem outra medida socioeducativa. Faz um mês e 15 dias que está desinternado e não conseguiu a vaga na escola próximo a residência.

4.1.3 Entrevistado 3

João é proveniente de uma pequena cidade do interior Paulista, possui 15 anos, mora com a mãe e os irmãos, estava internado por ato infracional equiparado a tráfico de drogas, antes da Internação estava evadido da escola há 1 ano, permaneceu internado 8 meses na Fundação CASA, sendo desinternado por não ter cometido ato infracional com grave ameaça e não haver Unidade de Internação em sua cidade, com a medida socioeducativa de Liberdade Assistida, porém ainda não começou a cumpri-la por morosidade dos tramites legais. Está estudando na escola que estudava anteriormente sua internação.

4.1.4 Entrevistado 4

José é proveniente de cidade do interior Paulista, possui 17 anos, mora com a mãe e os irmãos, estava internado por ato infracional equiparado a tráfico de drogas, antes da Internação estava evadido da escola cerca de 3 anos, permaneceu internado na Fundação CASA por 6 meses, sendo desinternado por não ter cometido ato infracional com a grave ameaça e não haver Unidade de Internação em sua cidade, com a medida socioeducativa de Liberdade Assistida. Atualmente está matriculado em uma escola longe de sua residência, mas não frequentou a escola nenhum dia.

4.2 A Inclusão Escolar sob a ótica do adolescente egresso da MSI

Os adolescente entrevistados trouxeram durante as entrevistas suas perspectivas sobre a relação escolar, apesar de

4.2.1 Escolaridade

Os adolescentes foram questionados sobre a escolaridade atual que apresentam, visto que alguns avançaram de série dentro da unidade de internação, apresentaram seu grau de escolaridade e também um pouco de sua relação com a escola.

“[...] Tinha que estar terminando o segundo ano do ensino médio esse ano, mas preciso trabalhar [...]”. Pedro.

“[...] Terminei o oitavo ano dentro da Fundação, fiz mais da metade do nono ano, era pra acabar o ensino fundamental esse ano. [...]”. Tiago.

“[...] Estou no oitavo ano, sempre gostei da minha escola, tenho muitos amigos lá, tenho uma história [...]”. João

“[...] Devia estar no oitavo ano, mas não gosto de escola não, na Fundação fazia porque era obrigado [...]”. José.

Adolescente	Escolaridade Atual
Pedro	2º Ensino Médio
Tiago	9º ANO Ensino Fundamental
João	8º ANO Ensino Fundamental
José	8º ANO Ensino Fundamental

Em todos os casos abordados houve antes da inclusão do adolescente em medida socioeducativa a evasão escolar, Galo e Willians (2008) apontam que mais da metade (60,2%) dos adolescentes em conflito com a lei não frequentava escola, assim fica evidente que a evasão escolar é um fator de vulnerabilidade ao engajamento infracional.

4.2.2 Orientações prévias sobre a Inclusão Escolar

Nessa categoria a intenção era investigar se os adolescentes saíam das unidades de internação com informações e documentações suficientes para buscar a inclusão escolar.

“[...] Senhora, estava tão feliz de poder ir embora, que fiquei emocionado, elas falaram muitas coisas, mas eu nem ouvi, sai de lá com um monte de documentos, mas nem precisava eles falam da escola todo dia lá [...]”. Pedro.

“[...] Sai com os documento pra procurar a escola, minha técnica falava sempre da escola, de não desistir [...]”. Tiago.

“[...] Sim, elas me orientaram várias vezes, sai com um papel pra levar na escola, deu tudo certo. [...]”. João.

“[...] Falaram muitas vezes, sai de lá com um monte de documentos, mas eu nem olhei que olhou foi minha mãe [...]”. José.

Percebe-se que em todos os casos levantados houve orientações sobre como proceder para a inclusão escolar.

4.2.3 Primeiro contato escolar após desinternação

Indagou-se como foi esse primeiro contato com a escola, como os adolescentes perceberam esse momento inicial.

“[...] Depois de três dias fui na escola que já tinha estudado, eles falaram que não tinham vaga, precisa estudar de noite, estava com um serviço arrumado, depois fui em outra a mesma coisa, só me davam vaga de manhã, ai ficou difícil pra mim [...]”. Pedro.

“[...] Fui na minha escola antiga, falaram que não tinha vaga, que eu tinha que ir pra escola do centro da cidade, até liguei na Fundação pra minha técnica me ajudar, ela falou pra procurar o conselho tutelar, mas nem fui, ano que vem eu vou [...]”. Tiago.

“[...] Procurei minha escola antiga, lá me deram a vaga na hora, queria estudar de noite, mas como não tinha, estou estudando de manhã mesmo [...]”. João.

“[...] Queria estudar na escola do meu bairro, mas não tinha vaga, fui lá com minha mãe três vezes, falaram que não posso estudar com as crianças, me mandaram ir na escola do centro da cidade, minha mãe me matriculou lá, mas é muito longe, eu não estou indo não [...]”. José.

O relato principal dos adolescentes no primeiro contato com a escola de origem, aquela que por algum motivo o adolescente evadiu há alguns anos é de negativa de vaga, situação que perante os adolescentes e seus familiares muitas vezes colocou um ponto final na relação escolar. Fica evidente que os adolescentes valorizam mais a possibilidade de trabalho, do que a conclusão do ensino formal e valorizam a possibilidade de estudar na escola mais próxima do bairro, mas não encontrando condições favoráveis desistem.

4.2.4 Acolhimento e Adaptação Escolar

Buscou-se perceber como foi o processo de acolhimento e adaptação escolar dos adolescentes que conseguiram ter sua matrícula efetivada. Situação que ocorreu apenas com João de 15 anos, que continuou a cursar o oitavo ano do Ensino Fundamental em sua escola de origem.

“[...] No começo foi estranho, todo mundo (os colegas) queriam saber da minha passagem na Fundação, a maioria dos professores me trataram normal, me receberam bem, só um lá, que ficou me dando sermão, mas hoje já nem falamos mais dessas coisas [...]”. João.

No único caso de sucesso ao retorno escolar, fica evidente que a possibilidade de retornar a escola de origem foi um fator positivo para o sucesso do retorno. João também evidenciou em sua fala, o desejo de sentir-se integrado, “normal”, sendo esse um fator considerado pelo adolescente como facilitador para sua adaptação.

4.2.5 Conhecimento da Rede de Atendimento

Essa categoria visou esclarecer se os adolescentes que tiveram a vaga negada sabiam sobre a rede de assistência, tais como Conselho Tutelar e Diretoria de Ensino.

“[...] Senhora, na verdade, eu estou trabalhando, sei que podia ir lá no conselho tutelar, mas chego cansado do serviço, a monitora da Liberdade Assistida até entendeu minha situação, falou que posso estudar só ano que vem. Aí vão arrumar a vaga, vou perder o ano, mas fazer o que? [...]”. Pedro.

“[...] Não fui no Conselho não, minha técnica da Fundação falou pra ir, mas eu não vou atrás de polícia não. [...]”. Tiago.

Percebeu-se que apesar de haver conhecimento sobre essa rede de apoio e atendimento, esse conhecimento era superficial e cercado de mitos, que ao se depararem com esses obstáculos, não foram capazes de procurarem esses órgãos para auxiliar no diálogo com a escola e romperem essas barreiras.

4.2.6 Evasão Escolar

Nessa categoria buscou-se respostas para o motivo atual de evasão escolar e o tempo total de defasagem idade/série.

Adolescente	Tempo de Evasão	Motivo apresentado
Pedro	1 ano	Adolescente trabalha e escola alega que não tem vaga no período da noite.
Tiago	3 anos	Escola alega que não tem vaga, somente no Centro da cidade longe da residência do adolescente.
João	1 ano	Está estudando na escola do bairro de sua residência.
José	4 anos	Está matriculado, mas não frequenta, alega ser longe de casa.

Como apontado anteriormente existe uma relação próxima entre a evasão escolar e o envolvimento infracional, conforme verificou o economista Evandro Camargo Teixeira em sua tese de doutorado apresentada no Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da USP, a evasão escolar aumenta a criminalidade no Brasil em 51%.

Dessa forma olhar para o fracasso e evasão escolar como fatores que vulnerabilizam adolescentes ao envolvimento infracional, pode fazer a sociedade dar a real importância que esse fator tem enquanto situação de risco, sem falar nos impactos sociais, financeiros entre outros, a baixa escolaridade irá afetar a vida do adolescente por toda sua trajetória.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando percebemos como o processo de inclusão escolar ocorre ou não após a desinternação de um adolescente tem-se a possibilidade de buscar estratégias de enfrentamento junto ao adolescente, sua família e a escola.

Por meio das entrevista e da pesquisa bibliográfica, ficou evidente a importância da inclusão escolar após a desinternação. Também é gritante a falta de políticas públicas para o adolescente egresso das medidas socioeducativas.

O processo socioeducativo é interrompido subitamente, assim se o adolescente e sua família durante a medida não forem amplamente instruídos e orientados, as chances que esse adolescente que anteriormente estava evadido da escola se mantenha, após a desinternação, evadido será real e danosa.

Percebeu-se ainda que há muitos mitos e preconceitos na busca por órgãos que possam auxiliar nesse diálogo com a escola, tais como Conselhos Tutelares e Diretorias de Ensino, infelizmente ficou evidente que apesar do conhecimento nominal desses órgãos, os adolescentes não compreendiam bem sua função social.

Outro fator relevante foi que geralmente no contato com as escolas é apontado a falta de vagas nas escolas, esse estudo não teve como objetivo investigar tal situação, porém as hipóteses levantadas são que, ou de fato as escolas não possuam essas vagas, situação que no cenário atual, apresenta-se controversa, visto o Governo do Estado de SP anunciar o fechamento de 96 escola, por motivo de ociosidade, ou ainda ser fruto do preconceito sobre o adolescente egresso da medida socioeducativa.

Galo e Willians (2008) analisando essa dificuldade das escolas em lidar com esses adolescentes, fazem uma importante observação:

“Apesar de haver uma diretriz para inclusão de adolescentes em conflito com a lei no sistema de ensino, os jovens infratores brasileiros são continuamente expulsos pelas escolas que não conseguem lidar com os desafios de seus comportamentos. Havendo o reconhecimento do problema (incapacidade das escolas para lidar com eles), mais recursos poderiam ser alocados a essas escolas, como, por exemplo, a capacitação de professores para lidarem com alunos cujos comportamentos são problemáticos e que necessitam de atuação especial, tais como classes com número reduzido de alunos, aconselhamento e apoio psicológico”. (GALLO E WILLIANS, 2008, p. 16)

As Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (resolução 2/2001 da Câmara da Educação Básica do Conselho Nacional de Educação) deixam claro que a ação da educação especial deve abranger não apenas as condições, disfunções, limitações e

deficiências, mas também aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica, considerando que, por dificuldades cognitivas, psicomotoras e de comportamento, alunos são frequentemente negligenciados ou mesmo excluídos dos apoios escolares (BRASIL, 2001, P.39).

Assim os fatores que poderiam beneficiar o adolescente em conflito com a lei, encontradas com esse estudo são, melhorar as representações sociais dos órgãos de assistência dos familiares e adolescentes, uma política nacional de educação especial, seja melhor aplicada e que políticas públicas sobre o adolescente egresso de medidas socioeducativas sejam elaboradas e aplicadas, para que a inclusão social de tais alunos, que possuem necessidades educativas especiais possam ser de fato beneficiados.

REFERENCIAS

ARANTES, Geraldo Claret. **Estatuto da Criança e do Adolescente – manual do Operador Jurídico**. Belo Horizonte: Anamages, 2008.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da criança e do adolescente**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2000

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília: Secretaria da Educação Especial, 2001.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Ed. Porto, 1997.

COUTINHO, Luciana Gageiro. **Adolescência, cultura contemporânea e educação. Estilos da Clínica**, Brasil, v. 14, n. 27, p. 134-149, dez. 2009.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias. **A escola é para poucos? A positividade da escola no desenvolvimento psicológico dos alunos em uma visão vygotskyana**. Psicologia Política, v. 10, n. 20, p. 297-310, 2010

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir. Nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1996.

GALLO, A.E.; WILLIAMS, L.A. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 133, jan./abr. 2008

INEP 2011 Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo>

LEGNANI ET ALL, **Grupos de adolescentes no espaço escolar: o papel do professor face às fratrias adolescentes**. Linhas Críticas, Brasília : 2012

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Processo Penal Juvenil**. São Paulo: Malheiros, 2006

MACIEL, D. M. A; RAPOSO M. B .T. **Metodologia e Construção do conhecimento contribuições para o estudo da inclusão**. in_____ Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar . Brasília: Ed. UnB, 2010.

MACHADO DE OLIVEIRA, Daniella; PEREIRA FULGENCIO, Leopoldo. **Contribuições para o estudo da adolescência sob a ótica de Winnicott para a Educação**. Psicol. rev. (Belo Horizonte), Belo Horizonte , v. 16, n. 1, abr. 2010

MARIN, I. S. K. **Violências**. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2002

PAIVA, Leandro José. **"A Construção histórica da adolescência e a sua abordagem jurídica no Brasil."** Revista Eletrônica Jurídica 1.1 (2012).

PADOVANI, Andréa Sandoval; RISTUM, Marilena. **A escola e a construção da identidade de adolescentes autores de ato infracional**. Revista entre idéias: educação, cultura e sociedade, v. 2, n. 2, 2013.

SALLES, L. M. F. **Infância e adolescência na sociedade contemporânea: alguns**

apontamentos. Estudos de Psicologia, Campinas, vol.22, n.1, p. 33-41. mar. 2005.

SARAIVA, Liliane Gonçalves. **Medidas sócio-educativas e a escola: uma experiência de inclusão**. Dissertação (Mestrado em Educação na Ciência). – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul Ijuí (RS), 2006

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas: Autores Associados, 2008

SCIVOLETTO, S. **A adolescência**. In: Fleitlich-Bilyk, B. et al. A saúde mental do jovem brasileiro. São Paulo: Edições Inteligentes, 2004, p. 23-41

Site da Fundação C.A.S.A. <http://www.fundacaocasa.sp.gov.br/View.aspx?title=a-funda%C3%A7%C3%A3o&d=10> acesso em 10/09/2015

TEIXEIRA. C.E.. **Evasão escolar e Criminalidade**. São Paulo: ESALQ USP, 2011

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1998

VOLPI, Mario. **Sem liberdade, sem direitos: a experiência de privação de liberdade na percepção dos adolescentes em conflito com a lei**. São Paulo: Cortez, 2001

ZANIN, J.E. (2014) **A impoderada reinserção escolar do adolescente em conflito com a Lei**, Goiania : Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, 2014

WINNICOTT, D. W. (2005a) **Privação e delinquência**. São Paulo: Martins Fontes.

WINNICOTT, D. W. (2005b). **O ambiente e os processos de maturação**. Porto Alegre: Artes Médicas.

APENDICE

Roteiro de entrevista

Identificação:

Idade atual:

1. Você está estudado atualmente? Qual serie? Senão qual serie parou de estudar?
2. Quanto tempo permaneceu na Medida Socioeducativa de Internação?
3. Quando saiu da Medida Socioeducativa de Internação recebeu outra Medida Socioeducativa ? Qual?
4. Houve evasão escolar antes da Medida Socioeducativa de Internação? Quanto tempo durou?
5. Quando saiu da Medida Socioeducativa de Internação obteve a documentação de transferência? Foi orientado?
6. Quando saiu da Medida Socioeducativa de Internação procurou a escola? Quanto tempo depois?
7. Como foi recebido na secretaria escolar? Já havia estudado nessa escola?
8. Como foi o processo de adaptação? Sente-se integrado na sala de aula? Sofreu algum preconceito?
9. Se não está estudando, por quê ? Quais as dificuldades encontradas?
10. Quais órgãos foram acionados para conseguir a vaga?

ANEXOS



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Pais ou Responsáveis,

Sou orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre a Inclusão Escolar de Adolescente egressos de medidas socioeducativas. Assim, gostaria de solicitar sua autorização para que seu filho participe do estudo.

A coleta de dados será realizada por meio de uma entrevista.

Esclareço que a participação de seu filho no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Seu filho poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que a identificação de seu filho não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes da participação na pesquisa, tais como os resultados da entrevista, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone 17 981806111 ou no endereço eletrônico jcbelmartins@hotmail.com. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Pai/Responsável pelo Aluno

Nome do Pai/Responsável: Breno Henrique Leiceira Santana

Nome do Aluno: Adriano Santana #

E-mail(opcional): _____



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre Inclusão Escolar de Adolescentes Egressos de Medidas Socioeducativas. Assim, gostaria de consultá-lo sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas por questionário.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como *coleta de dados*, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o senhor poderá me contatar pelo telefone 17 98180 6111 ou no endereço eletrônico jcbelmartins@hotmail.com. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

Assinatura do Pesquisador

adolescente Breno Henrique Leiteiro Santana

Assinatura do Participante Voluntário

Nome do Participante Voluntário:

Breno Henrique Leiteiro Santana

E-mail(opcional):



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre Inclusão Escolar de Adolescentes Egressos de Medidas Socioeducativas. Assim, gostaria de consultá-lo sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas por questionário.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como *coleta de dados*, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o senhor poderá me contatar pelo telefone 17 98180 6111 ou no endereço eletrônico jcbelmartins@hotmail.com. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Participante Voluntário

Nome do Participante Voluntário: Jones Pereira de Alcantara

E-mail(opcional): _____



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Pais ou Responsáveis,

Sou orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre a Inclusão Escolar de Adolescente egressos de medidas socioeducativas. Assim, gostaria de solicitar sua autorização para que seu filho participe do estudo.

A coleta de dados será realizada por meio de uma entrevista.

Esclareço que a participação de seu filho no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Seu filho poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que a identificação seu filho não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes da participação na pesquisa, tais como os resultados da entrevista, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone 17 981806111 ou no endereço eletrônico jcbelmartins@hotmail.com. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Pai/Responsável pelo Aluno

Nome do Pai/Responsável: Margareth Pereira

Nome do Aluno: Jones Pereira de Alcantara

E-mail(opcional): _____



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Pais ou Responsáveis,

Sou orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre a Inclusão Escolar de Adolescente egressos de medidas socioeducativas. Assim, gostaria de solicitar sua autorização para que seu filho participe do estudo.

A coleta de dados será realizada por meio de uma entrevista.

Esclareço que a participação de seu filho no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Seu filho poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que a identificação seu filho não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes da participação na pesquisa, tais como os resultados da entrevista, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone 17 981806111 ou no endereço eletrônico jcbelmartins@hotmail.com. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Pai/Responsável pelo Aluno

Nome do Pai/Responsável:

Maria Elena Ruaro

Nome do Aluno:

Kevin Ruaro Chagas

E-mail(opcional):



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre Inclusão Escolar de Adolescentes Egressos de Medidas Socioeducativas. Assim, gostaria de consultá-lo sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas por questionário.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como *coleta de dados*, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o senhor poderá me contatar pelo telefone 17 98180 6111 ou no endereço eletrônico jcbelmartins@hotmail.com. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Participante Voluntário

Nome do Participante Voluntário: Kevin Ruaro Chagas

E-mail(opcional): _____



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Pais ou Responsáveis,

Sou orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre a Inclusão Escolar de Adolescente egressos de medidas socioeducativas. Assim, gostaria de solicitar sua autorização para que seu filho participe do estudo.

A coleta de dados será realizada por meio de uma entrevista.

Esclareço que a participação de seu filho no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Seu filho poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que a identificação seu filho não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes da participação na pesquisa, tais como os resultados da entrevista, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone 17 981806111 ou no endereço eletrônico jcbelmartins@hotmail.com. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Pai/Responsável pelo Aluno

Nome do Pai/Responsável: Maria José Batista Naquira
Nome do Aluno: Edgar Batista da Silva
E-mail(opcional): _____



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre Inclusão Escolar de Adolescentes Egressos de Medidas Socioeducativas. Assim, gostaria de consultá-lo sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas por questionário.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como *coleta de dados*, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o senhor poderá me contatar pelo telefone 17 98180 6111 ou no endereço eletrônico jbelmartins@hotmail.com. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Participante Voluntário

Nome do Participante Voluntário:

E-mail(opcional):
